



SAFERWORLD
PREVENTING VIOLENT CONFLICT. BUILDING SAFER LIVES

SETEMBRO DE 2014
RELATÓRIO



Uma menina restabelece o contato com amigos que também foram deslocadas pelo conflito nas Filipinas. Em março de 2014, um acordo de paz foi assinado após 17 anos de negociações interrompidas pela violência durante os quais dezenas de milhares de pessoas foram mortas e mais de 3,5 milhões de pessoas foram deslocadas. © JASON GUTIERREZ/IRIN/CERF

DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ATÉ A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015: CONSTRUINDO UM CONSENSO PELA PAZ

A questão de como os problemas relacionados à paz, governança e justiça se encaixam no marco do desenvolvimento pós-2015 – ou se devem ser incluídos – foi a questão mais debatida e a mais polêmica durante os debates do Grupo de Trabalho Aberto sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O documento final incluiu um objetivo de “Promover sociedades pacíficas e inclusivas visando o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça a todos e construir instituições eficazes, transparentes e inclusivas em todos os níveis”. Isso representa um importante passo adiante. Ainda assim, permanece a oposição de alguns Estados-Membros para a inclusão dessas questões no novo marco de desenvolvimento.

Este documento informativo apresenta um resumo da situação da paz e da agenda de desenvolvimento pós-2015. Embora exista reconhecimento crescente de que a paz deveria ser uma das prioridades mundiais no âmbito do novo marco de desenvolvimento, alguns Estados-membros das Nações Unidas (ONU) ainda têm grandes preocupações com sua inclusão. Este documento examina o debate político: primeiro, recapitulando as evidências que corroboram para que a paz seja incluída e m como integrá-la de forma eficaz na agenda pós-2015. Segundo, construindo um processo de pesquisa e diálogo ao longo de um ano com uma série de Estados-membros, inclusive aqueles que têm manifestado oposição

mais expressiva. Assim, este documento examina as principais preocupações apresentadas e responde aos argumentos feitos contra a inclusão da paz. Para ajudar a conciliar esses pontos de vista, o documento propõe uma série de princípios que poderiam ser a base do consenso. O documento conclui com um conjunto de sugestões práticas para assegurar um acordo inclusivo em torno de um marco que seja eficaz na promoção da paz. Isso é de suma importância, já que a participação do maior número possível de Estados-membros – inclusive os principais intervenientes do Sul Global – na elaboração da nova agenda do desenvolvimento é essencial para que os objetivos e metas selecionados sejam legítimos e eficazes.

O QUE SIGNIFICA PAZ PARA NÓS?

A prioridade da Saferworld são as pessoas: acreditamos que todos têm o direito à viver em ambientes livres de conflitos violentos e insegurança, em que possam levar uma vida gratificante.

A paz que buscamos promover no marco d a agenda d desenvolvimento pós-2015 se concentra nas pessoas situadas em países que atualmente estão enfrentando ou saindo de conflitos violentos. Contudo, esta é apenas uma parte de nosso ideal: a mera ausência de violência – chamada de “paz negativa” – muitas vezes pode mascarar a instabilidade latente. Nesse sentido, acreditamos que todos os países precisam reduzir os riscos de conflitos violentos concentrando-se em uma série de questões, como governança, justiça e igualdade de acesso às oportunidades econômicas, a fim de construir uma paz positiva que seja sustentável. Estamos, também, conscientes de que pessoas em todo o mundo enfrentam a insegurança violenta – muitas vezes distinta dos conflitos violentos – esta, no entanto, é igualmente prejudicial para os indivíduos e as sociedades. Uma abordagem plena e integrada para a construção da paz sustentável deve ter como objetivo solucionar todos os tipos de conflito, violência e insegurança.

A SITUAÇÃO ATUAL

A inclusão de um objetivo sobre a paz, a justiça e a governança no Documento Final do Grupo de Trabalho Aberto (GTA) sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), acordado em julho de 2014, foi aclamado como um passo significativo para mudar as vidas de cerca de 1,5 bilhão de pessoas atualmente vivendo em países que enfrentam altos níveis de violência. Entretanto, uma análise detida das discussões do GTA deixou evidente que ainda há um trabalho considerável a ser feito para assegurar que a paz faça parte do novo marco de desenvolvimento pós-2015.

A interdependência entre a paz, a segurança e o desenvolvimento é um aspecto fundamental das discussões sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015. O relatório do Painel de Alto Nível (PAN) sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015 publicado em maio de 2013, por exemplo, descreveu a promoção da paz como uma de suas “cinco grandes transformações” já que tais questões compõem os “elementos básicos do bem-estar, e não extras opcionais.”¹ Além disso, o Documento Final do Evento Especial sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), realizado em setembro de 2013, e subscrito por todos os Estados-membros, afirmou que o novo marco de desenvolvimento deveria “promover a paz e a segurança, a governança democrática, o estado de direito, a igualdade de gênero e os direitos humanos para todos”.²

As declarações e posições de um amplo leque de Estados-membros da ONU também destacaram a importância da paz para o desenvolvimento sustentável. Falando na abertura da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), por exemplo, Wang Yi, Ministro das Relações Exteriores da China, fez o seguinte comentário jocoso: “na promoção da agenda do desenvolvimento, precisamos valorizar a paz assim como valorizamos nossos olhos”.³ Chama bem a atenção o fato de que a Posição Comum Africana lançada em fevereiro de 2014 –

representando os pontos de vista dos 54 Estados-Membros africanos – incluiu um pilar sobre paz e segurança.⁴ No entanto, apesar do crescente consenso político e entre especialistas, o debate sobre se e como incluir a paz nos ODSs foi um dos mais contestados nas discussões do GTA.

A paz como um “Objetivo” ou como “Metas”

Durante as deliberações do GTA, os Estados-membros normalmente articulavam uma das quatro posições seguintes:

1. Rejeição de qualquer referência à paz nos objetivos e metas;
2. Oposição a um objetivo de paz independente, mas apoio para algumas metas relacionadas à paz como parte de outros objetivos;
3. Apoio a pelo menos um objetivo com foco na paz; ou
4. Apoio a dois objetivos, um sobre paz e um sobre governança.

A grande maioria dos Estados-Membros, agrupamentos multilaterais e regionais, inclusive a União Africana (UA), os Países Menos Desenvolvidos, o G7+, a União Europeia, bem como países como China, Índia e Brasil se posicionaram nas categorias 2, 3 e 4. A variação entre as posições dos Estados-membros é atribuída, em grande parte, a preocupações com os possíveis efeitos da inclusão da paz nos ODSs, explorados em maior profundidade mais adiante neste documento. Contudo, três preocupações e argumentos importantes merecem destaque, por ser grande a probabilidade de que ressurgam quando as negociações sobre o marco pós-2015 começarem. São os seguintes:

1. A inclusão da paz pode levar à “securitização” da agenda de desenvolvimento;
2. A paz está fora da agenda da Rio+ 20, que alguns veem como definidora dos parâmetros das discussões pós-2015; e
3. O desenvolvimento conduz à paz, e não o contrário.

PROCESSOS-CHAVE

NAÇÕES UNIDAS

2012

Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), mai-jun 2012
Acordo entre Estados-membros para elaborar um conjunto de ODSs por meio de um “processo intergovernamental inclusivo e transparente, aberto a todas as partes interessadas”.

Consultas temáticas globais, maio 2012–junho 2013

2013

Abertura da 68ª AG da ONU, Setembro de 2013
Os Estados-membros decidiram reunir o processo dos ODS da Rio+20 com o processo pós-2015, instando no sentido de “um único marco e conjunto de objetivos, de natureza universal e aplicável a todos os países.”

Foco em 11 temas diferentes, inclusive “Conflito, Violência e Desastres”, que confirmou a paz como um meio e um fim em si mesmo.

2014

Debates temáticos e eventos de alto nível do Presidente da AG da ONU, fev–jun 2014
Para ajudar na definição de áreas prioritárias para a agenda de desenvolvimento pós-2015.

Abertura da 69ª AG da ONU, Setembro de 2014
“Promovendo e implementando uma Agenda de Desenvolvimento Transformadora Pós-2015”. Haverá também um evento de balanço de alto nível do Presidente da AG da ONU acerca da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. Prevê-se que as modalidades exatas para as negociações sobre a situação do Documento Final do GTA sejam esclarecidas até essa fase.

Relatório do SG da ONU, (data a confirmar)
O relatório irá abranger a “visão, princípios, objetivos e metas da agenda de desenvolvimento pós-2015”. Espera-se que seja baseado no GTA sobre ODSs e no trabalho do ICESDF.

2015

Negociações sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, (data a confirmar, previsão de início em janeiro e término em setembro de 2015)

Abertura da 70ª AG da ONU, setembro de 2015
Um momento crucial em que a agenda de desenvolvimento pós-2015 deve ser formalmente aprovada; pode incluir uma sessão extraordinária do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável com a presença de chefes de Estado.

GRUPO DE TRABALHO ABERTO DA ONU SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GTA sobre ODSs, março 2013–julho 2014
Incumbido de propor objetivos e metas a serem considerados pela Assembleia Geral da ONU, o GTA foi composto por 70 Estados-Membros, com 30 assentos. O Documento Final continha 17 objetivos e 169 metas.

FINANCIAMENTO

Comitê Intergovernamental de Especialistas para o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável, março 2013–agosto 2014
Composto por 30 especialistas indicados por diferentes agrupamentos regionais, o comitê foi incumbido de avaliar as necessidades de financiamento, instrumentos e estruturas financeiras existentes, visando a elaboração de um relatório propondo opções de estratégia eficaz de financiamento do desenvolvimento sustentável para mediar a mobilização de recursos para o desenvolvimento sustentável.

Terceira Conferência sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, julho de 2015

Um momento decisivo para a agenda de desenvolvimento pós-2015; a reunião de alto nível irá discutir uma série de questões, inclusive os avanços realizados na implementação do Consenso de Monterrey e na coordenação entre todas as fontes de financiamento para o desenvolvimento.

CLIMA

Cúpula do Clima da ONU, setembro de 2014
Organizada pelo SG da ONU, com a presença de chefes de Estado, destina-se a elevar a ambição para a COP-21 em Paris em dezembro de 2015.

COP-20 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, dezembro de 2014

COP-21 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, dezembro de 2015
Um momento decisivo para decidir sobre a política global do clima a partir de 2020.

OUTROS

Cúpula do G-20, novembro de 2014
Organizada pela Austrália.

Fórum Econômico Mundial, janeiro de 2015

Cúpula do G-20, (a confirmar)
Organizada pela Turquia, pode incluir um foco no pós-2015 e na cooperação para o desenvolvimento.

Cúpula da UA, (a confirmar)
Incluirá um foco no desenvolvimento pós-2015

INSUMOS

Equipe de Trabalho do Sistema ONU, junho de 2012
Principais recomendações:
Uma abordagem mais holística, inclusive:
(1) desenvolvimento social inclusivo;
(2) desenvolvimento econômico inclusivo;
(3) sustentabilidade ambiental; e
(4) paz e segurança.

Consenso de Dili, março de 2013
Países do G7+ e das ilhas do Pacífico pediram que a nova agenda promova a paz, a estabilidade e o estado de direito.

Painel de Alto Nível do SG da ONU, maio de 2013
Cinco eixos propostos:
(1) não deixar ninguém para trás;
(2) desenvolvimento sustentável;
(3) emprego e crescimento inclusivo;
(4) construção da paz e instituições eficazes; e
(5) uma nova parceria global.

Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável, junho de 2013
Dez áreas prioritárias que o desenvolvimento sustentável precisa abordar, inclusive a necessidade de transformar a governança mundial.

Pacto Global da ONU, junho de 2013
Objetivos propostos em quatro áreas: (1) pobreza; (2) saúde e educação; (3) recursos; e (4) ambiente propício à governança, à paz e à estabilidade.

Ouvindo 1 Milhão de Vozes, setembro de 2013
O relatório analisou o que mais de um milhão de pessoas de todo o mundo querem abordar na agenda de desenvolvimento pós-2015.

Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, fevereiro de 2014
Expõe a visão de 54 Estados-membros africanos sobre a forma de erradicar a pobreza em todas as suas formas e chegar a uma África integrada, próspera, estável e pacífica.

Comunicado da CE: Uma vida digna para todos, fevereiro de 2014
O comunicado da CE sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015 propôs 17 áreas prioritárias, enfatizando que o novo marco deve promover a boa governança, a democracia e o estado de direito e abordar sociedades pacíficas e o fim da violência.



Membros do contingente sul-africano da Missão das Nações Unidas em Darfur (UNAMID) patrulham a área próxima do Campo de Pessoas Deslocadas Internamente (PDI) de Kalma.
© UN PHOTO/STUART PRICE

LEGENDA

- UA** União Africana
- COP** Conferência das Partes
- CE** Comissão Europeia
- ICESDF** Comitê Intergovernamental de Especialistas para o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável
- GTA** Grupo de Trabalho Aberto

- ODSs** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- AG da ONU** Assembleia Geral da ONU
- Presidente da AG da ONU** Presidente da Assembleia Geral da ONU
- SG da ONU** Secretário-Geral da ONU

Objetivo 16: promover sociedades pacíficas e inclusivas visando o desenvolvimento sustentável, o acesso à justiça para todos e instituições eficientes, transparentes e inclusivas em todos os níveis

Documento final do Grupo de Trabalho Aberto, julho de 2014

QUAL É O PRÓXIMO PASSO?

É evidente que ainda há um trabalho considerável a ser feito para projetar um objetivo que efetivamente promova sociedades pacíficas e inclusivas e que, ao mesmo tempo, atraia genuína adesão política do maior número possível de Estados-membros. Tratamos abaixo de várias questões que têm uma influência de peso para determinar se estes dois objetivos podem ser conciliados:

1. Menos metas, um texto mais forte

Um dos temas recorrentes ao longo das discussões do GTA foi a necessidade de **reduzir o número de metas** no objetivo sobre paz, justiça e governança.

Número de metas de paz e governança			
GTA 10	25	GTA 12	23
GTA 11	11	Documento Final	12

Embora o número de metas de fato tenha diminuído, o total geral final de 17 objetivos e 169 metas no Documento Final (em comparação com 8 ODMs e 21 metas) deve voltar a sofrer pressão quando os negociadores se centrarem para criar um marco que seja comunicável e viável. Tendo em vista que a inclusão de um objetivo sobre paz, justiça e governança foi objeto de debates acalorados, as metas desse objetivo poderiam ficar muito vulneráveis.

Outra preocupação que se aplica a todo o Documento Final do GTA é que muitas das **metas têm foco em capacidades e processos, e não em resultados reais**. Durante as discussões do GTA, muitos países em desenvolvimento deram preferência ao foco no apoio às capacidades institucionais. Embora a ênfase nas capacidades e processos seja um componente necessário da agenda de desenvolvimento pós-2015, há o risco de que esse foco obscureça aquilo que essas capacidades e processos se destinam a alcançar, e também que essas metas sejam desconectadas da vida dos cidadãos de todo o mundo, diminuindo assim a responsabilização. Outras metas

simplesmente são **vagas demais para serem viáveis** tal como atualmente formuladas (ver, por exemplo, a meta 16.8), ao passo que algumas metas poderiam até mesmo se prestar a abordagens **coercivas de segurança**, como a meta 16.a, que se compromete com o “desenvolvimento de capacidades em todos os níveis ... para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime”.

2. Governança global e tensões externas

Outro aspecto crucial do debate do GTA sobre a inclusão da paz tem a ver com o que os países desenvolvidos estão preparados para fazer para promover a paz e fomentar a boa governança. Muitos países em desenvolvimento manifestaram a posição de que **a reforma das instituições de governança global** é um componente indispensável de qualquer objetivo sobre paz, justiça e governança no sentido de que importantes instituições globais (por exemplo, o Conselho de Segurança da ONU [CSNU] e o Fundo Monetário Internacional), cujas decisões têm um impacto profundo sobre a paz e a governança em todo o mundo, são dominadas por um seletivo e não representativo grupo de países. Ainda que a meta 16.8 faça alusão à necessidade de reforma das instituições de governança global, esta será uma área-chave de debate uma vez que se iniciarem as negociações sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015. Outra questão não resolvida é **saber até que ponto os países desenvolvidos estão dispostos a ir para solucionar fatores de conflito transnacionais**, como fluxos financeiros ilícitos e o comércio de armamentos.⁵ Embora muitos desses países tenham pressionado em favor da inclusão dessas

Fluxos financeiros ilícitos saem de economias de países em desenvolvimento a um ritmo vertiginoso. Estimados em cerca de US\$ 1 trilhão ao ano, eles superam a Assistência Oficial para o Desenvolvimento e o Investimento Direto Estrangeiro.⁶

Metas do Objetivo 16

16.1 reduzir significativamente todas as formas de violência e os respectivos índices de mortalidade no mundo todo

16.2 acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra as crianças

16.3 promover o estado de direito nos níveis nacional e internacional, e assegurar a igualdade de acesso à justiça para todos

16.4 até 2030, reduzir consideravelmente os fluxos financeiros ilícitos e de armas, fortalecer a recuperação e devolução de bens roubados, e combater todas as formas de crime organizado

16.5 reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas

16.6 desenvolver instituições eficientes, prestadoras de contas e inclusivas em todos os níveis

16.7 assegurar um processo decisório sensível, inclusivo, participativo e representativo em todos os níveis

16.8 ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global

16.9 até 2030, fornecer identidade válida para todos, inclusive a certidão de nascimento

16.10 assegurar o acesso da população à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais

16.a fortalecer as instituições nacionais competentes, inclusive por meio da cooperação internacional, para o desenvolvimento de capacidades em todos os níveis, sobretudo nos países em desenvolvimento, para prevenir a violência e combater o terrorismo e a criminalidade

16.b promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável

questões nas discussões do GTA, é incerto se haverá apetite para enfrentá-las quando fazê-lo pode entrar em conflito com outros interesses nacionais.

3. Modalidades para as negociações

Ainda restam várias questões não resolvidas sobre as modalidades das negociações pós-2015, inclusive:

1. Qual é o status do Documento Final do GTA? Será que servirá de “versão zero” para as negociações pós 2015?
2. Como a nova agenda para o desenvolvimento será adotada? Terá de ser aprovada por unanimidade?
3. Haverá um lugar para a sociedade civil nas negociações?

Prevê-se que muitas dessas questões sejam abordadas durante a 69ª Assembleia Geral da ONU, mas sua resolução terá implicações óbvias e possivelmente de longo alcance para as negociações pós-2015. Por exemplo, se o Documento Final do GTA de fato servir como a versão zero, suscitará a questão de saber se os objetivos e metas devem ficar como estão ou se deve haver novas revisões, o que poderia resultar em mudanças no objetivo relativo a paz, justiça e governança.

POR QUE A PAZ DEVE SER INCLUÍDA?

OS ATUAIS NÍVEIS DE VIOLÊNCIA PRECISAM SER REDUZIDOS

PELA PRIMEIRA VEZ DESDE A 2ª GUERRA MUNDIAL, MAIS DE 50 MILHÕES DE PESSOAS – MAIS DA METADE FORMADA POR CRIANÇAS – ATUALMENTE ESTÃO DESLOCADAS CONTRA SUA VONTADE⁷

A RESPOSTA À VIOLÊNCIA CUSTOU US\$ 9,46 TRILHÕES EM 2012⁸

A ERRADICAÇÃO DA POBREZA É IMPOSSÍVEL SEM PAZ

“UM AMBIENTE DE ESTABILIDADE E PAZ É ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO”

DECLARAÇÃO DO BRASIL NA 8ª REUNIÃO DO GTA⁹

ATÉ 2030, 75% DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE MISÉRIA ESTARÃO VIVENDO EM PAÍSES EM RISCO DE ALTOS NÍVEIS DE VIOLÊNCIA¹⁰

A PAZ É UMA PRIORIDADE PARA AS PESSOAS E OS GOVERNOS DE TODO O MUNDO

EM AGOSTO DE 2014, 3,2 MILHÕES DE PESSOAS PARTICIPARAM DA PESQUISA MUNDIAL, COLOCANDO A “PROTEÇÃO CONTRA O CRIME E A VIOLÊNCIA” EM 6º LUGAR ENTRE 16 PRIORIDADES¹¹

“... PAZ E A SEGURANÇA SÃO ESSENCIAIS PARA A CONCRETIZAÇÃO DAS ASPIRAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO CONTINENTE”

A POSIÇÃO COMUM AFRICANA¹²

CONFLITOS VIOLENTOS E INSEGURANÇA IMPEDIRAM O ALCANCE DOS ODM

UM PAÍS QUE SOFREU ENORME VIOLÊNCIA ENTRE 1981 AND 2005 TEM UM ÍNDICE DE POBREZA DE 21% MAIOR DO QUE UM PAÍS QUE NÃO REGISTROU VIOLÊNCIA¹³

É IMPROVÁVEL QUE 7 PAÍSES CUMPRAM UM ÚNICO MDG SEQUER ATÉ 2015: FORAM TODOS AFETADOS POR ALTOS NÍVEIS DE VIOLÊNCIA¹⁴

NENHUM PAÍS É INVULNERÁVEL À VIOLÊNCIA

MAIS DE MEIO MILHÃO DE PESSOAS MORREM VIOLENTAMENTE A CADA ANO¹⁵

O CUSTO DOS MOTINS DE LONDRES DE AGOSTO DE 2011 FOI ESTIMADO EM MAIS DE £ 300 MILHÕES¹⁶

COMO A PAZ PODERIA SER INCLUÍDA?

Se os argumentos “Por quê paz?” são válidos, a próxima pergunta a fazer é como a paz pode ser articulada como um conjunto coerente de prioridades de políticas globais, na forma de objetivos, metas e indicadores. Este é um desafio porque todas as incidências de conflitos violentos e insegurança são complexas e precisam ser tratadas conforme o contexto. Entretanto, uma série de descobertas embasou a evolução desse debate:

1. A paz é mais do que a ausência de violência

A paz sustentável e “positiva” depende do fim da violência e no avanço na abordagem dos fatores determinantes de conflitos. A ausência de violência pode mascarar instabilidade latente – muitas vezes como resultado de governança sem transparência, corrupção, impunidade e injustiça – o que pode acarretar crises políticas, emergências humanitárias, intervenções dispendiosas e a perda de conquistas em termos de desenvolvimento.

2. A paz deve se concentrar em abordagens preventivas para os conflitos e a violência

Uma abordagem desenvolvimentista preventiva complementar as instituições mais reativas com foco na segurança presentes na arquitetura multilateral (como o CSNU), e pode aliviar os encargos financeiros, visto que haveria uma redução das despesas militares em resposta à eclosão de conflitos.

3. A paz não deve levar a abordagens de segurança coercitivas

Metas que promovam sociedades pacíficas e inclusivas devem destacar resultados centrados nas pessoas, tais como “pessoas de todos os grupos sociais se sentem seguras e têm confiança na prestação de segurança”, em vez de simplesmente se concentrar no fortalecimento da capacidade das forças de segurança, como a polícia. Pode-se assim mitigar o risco de promoção de abordagens coercitivas para a segurança.

4. A paz deve se concentrar em fatores de conflito que levam à violência

Não há fator isolado que inevitavelmente leve à violência em todos os contextos; no entanto, há uma série de determinantes de conflitos que tendem a levar à violência em todos os contextos. Figuras nessa lista uma série de questões relativas à governança, inclusive a vulnerabilidade à insegurança, queixas relacionadas a injustiça, corrupção, concorrência por recursos, mecanismos precários de mediação entre interesses conflitantes, negação da liberdade de expressão nos processos políticos e desigualdades entre os grupos sociais. Essas questões precisam ser abordadas em um novo marco de desenvolvimento, não apenas no âmbito de um objetivo relativo a paz, justiça e governança.

5. É necessário haver uma apropriação da paz nos níveis nacional e local

A promoção da paz sustentável não é o que a comunidade internacional faz a cada país, mas o que os países fazem para si e como a comunidade internacional pode melhor apoiá-los. Assim, a implementação da agenda de paz requer ampla apropriação por parte de todos os atores envolvidos no nível nacional. Os Estados-membros devem criar suas próprias linhas de base e referenciais para os indicadores.

6. A paz precisa ser universal

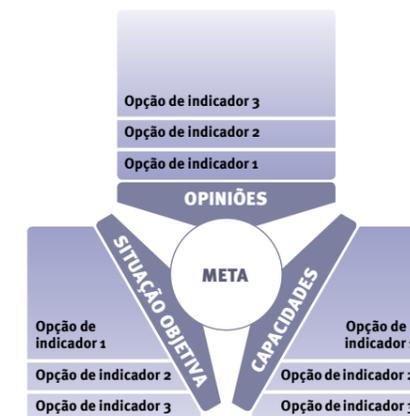
Enquanto alguns países foram seriamente afetados por conflitos armados, pessoas de toda parte enfrentam a insegurança. Qualquer objetivo sobre paz, justiça e governança deve olhar além do que alguns Estados-membros chamam de “situações especiais” e assegurar promoção da libertação do medo em todos os países.



A vulnerabilidade à violência é uma questão universal: Londres sofre motins e saques em agosto de 2011. © DEMOTIX

7. Foco em resultados

Metas relativas a questões de paz, justiça e governança devem ser enquadradas como resultados, e não processos ou capacidades, a fim de assegurar clareza em sua finalidade e prestação de contas. Embora a capacidade do Estado muitas vezes desempenhe um papel preponderante na criação de sociedades pacíficas, metas isoladas para essa questão específica trazem o risco de ser excessivamente prescritivas e comprometer a universalidade e sensibilidade do marco diante das diferenças entre os contextos nacionais.



Qual deve ser o foco das metas de paz?

Com base nessas ideias, a maioria dos atores que participam do debate sobre essas questões – seja no sistema ONU, em toda a sociedade civil mundial, entre agrupamentos regionais e globais de Estados-membros e entre os especialistas – reconheceram como elementos centrais da agenda de paz pós-2015:

- Trabalhar para reduzir a violência, e assegurar que a população se sinta segura,
- Assegurar acesso equitativo à justiça,
- Assegurar o acesso a meios de subsistência, recursos e serviços entre diferentes segmentos sociais,
- Permitir a voz e a participação no processo decisório, e a resolução construtiva de queixas,
- Tratar da redução dos níveis de corrupção e suborno,
- Reduzir consideravelmente as tensões externas (inclusive fluxos de armas, drogas, commodities de conflitos e financiamento ilícito).

Variações desses elementos da agenda de paz foram sistematicamente incluídos em quase todas as principais contribuições para o debate pós-2015 até o momento.

Como devem ser os indicadores de metas de paz?

Não existem indicadores capazes de contar uma história completa, justa e confiável sobre o avanço em todos os contextos. Metas de paz, justiça e governança precisarão ser monitoradas com base em uma cesta de indicadores que combinem:

- **Capacidade** – estão sendo desenvolvidas capacidades para solucionar a questão fundamental?
- **Situação “objetiva”** – os parâmetros estatísticos de indicadores-chave de resultados mostram que melhorias estão sendo alcançadas?
- **Opinião pública** – as pessoas sentem que a situação está melhorando?

Nenhum desses indicadores apresentará por si só um panorama completo e confiável, porém, quando combinados, cada tipo de indicador pode validar o outro, ajudando a evitar resultados ilusórios e incentivos perversos. É imprescindível que os indicadores de construção da paz no marco de desenvolvimento pós-2015 não sejam reduzidos a um ou dois substitutos “pau pra toda obra” que supostamente mostram avanço no equacionamento de conflitos violentos e insegurança.

Um exemplo pode ajudar a esclarecer isso: para medir o avanço na área temática da justiça, a ampliação da capacidade do sistema judiciário (como o número de juizes por morte violenta) constitui um passo na direção certa. Como as melhorias na justiça levam tempo para ser alcançadas na prática, os **indicadores de capacidade** ajudam a mostrar e a dar crédito ao nível de avanço conquistado. Porém, os efeitos dessa capacidade em termos de melhoria do desempenho judiciário somente serão claros se esclarecidos por melhorias no **indicador de situação “objetiva”** (como uma pontuação de justiça penal que inclua indicadores de eficácia, rapidez, imparcialidade, devido processo legal e direitos dos acusados ou violações de direitos). Entretanto, as estatísticas não raro são politizadas e podem ser manipuladas. Portanto, um **indicador baseado na opinião** que mostre como a população realmente se sente em relação ao sistema judiciário pode validar a evolução dos indicadores de capacidade e da situação objetiva, ilustrando se o resultado final está realmente sendo alcançado.

RESPOSTA A PREOCUPAÇÕES COM A PAZ

<p>“A incorporação das questões de segurança à discussão sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015 ... corre o risco de comprometer um processo que pode ser extremamente benéfico para o desenvolvimento.” Brasil e Nicarágua na GTA 8¹⁷</p>	<p>PREOCUPAÇÃO 1 A inclusão da paz levará à “securitização” da agenda de desenvolvimento</p>	<p>A inclusão da paz pode colocar o marco de desenvolvimento em risco de ser securitizado, ou seja, o uso da assistência para promover as agendas de segurança nacionais de determinados Estados, e não para promover o desenvolvimento das pessoas.</p>	<p>RESPOSTA 1 Há espaço de sobra para enquadrar objetivos e metas de paz com vistas a mitigar esse risco</p>	<p>As preocupações com a “securitização” são procedentes. Contudo, em vez de rejeitar a inclusão da paz, a participação construtiva dos Estados-membros que estão apreensivos com a agenda de paz pode ajudar a assegurar a mitigação desse risco. Isso pode ser conseguido por meio de enquadramento cuidadoso de metas relacionadas à paz, em termos específicos, assegurando que se concentrem na segurança das pessoas, e evitando questões de segurança nacional e de paz e segurança internacionais.</p>	<p>“Não se trata da securitização do desenvolvimento. Acreditamos que a paz e a estabilidade sejam fundamentais para a redução da pobreza, os países menos desenvolvidos e o desenvolvimento sustentável.” África do Sul na GTA10²³</p>
<p>“A discussão de questões relevantes não deveria envolver assuntos internos... No contexto da agenda de desenvolvimento pós-2015, a discussão dessas questões deve se concentrar na criação de um ambiente propício à paz e ao desenvolvimento para os países em desenvolvimento no nível internacional, e evitar pensar muito sobre os mecanismos internos.” Declaração da China no Debate Temático da AG sobre “Assegurar sociedades pacíficas e estáveis”¹⁸</p>	<p>PREOCUPAÇÃO 2 A meta de paz pode levar à violação da soberania dos países</p>	<p>A inclusão da paz pode dar margem para ingerência externa em questões que são da alçada do Estado. Alguns chegaram até a advertir que a incorporação da paz à agenda abrirá as portas para intervenções mais militaristas.</p>	<p>RESPOSTA 2 A implementação da agenda pós-2015 irá ocorrer nos níveis nacional e local, e por isso não irá legitimar a intervenção externa</p>	<p>A finalidade da agenda de desenvolvimento pós-2015 é definir como cada país pode ajudar a si mesmo, e não o que a comunidade internacional pode impor. A consecução de todos os objetivos e metas se dará nos níveis nacional e local, por meio das ações coletivas de líderes, autoridades, sociedade civil e população em geral do país. Por se tratar de um compromisso não vinculante, não há nada na agenda de desenvolvimento pós-2015 que ofereça uma base jurídica para a intervenção militar.</p>	<p>“Reconhecemos que a apropriação nacional seja essencial se quisermos enfrentar esses desafios com eficácia. Precisamos levar em consideração os diversos contextos e capacidades.” UE na GTA8²⁴ “Deve ficar claro que os Estados mantêm suas prerrogativas soberanas para assegurar a paz e a estabilidade dentro de suas fronteiras.” Reino Unido, Países Baixos e Austrália na GTA 8²⁵</p>
<p>“Podemos ter a certeza... de que isso não se traduziria em novas condicionalidades para o fluxo de assistência internacional e o desvio de fundos da erradicação da pobreza e do desenvolvimento humano para atividades relacionadas à segurança?” Declaração da Índia no Debate Temático da AG sobre “Assegurar sociedades pacíficas e estáveis”¹⁹</p>	<p>PREOCUPAÇÃO 3 Metas relacionadas à paz poderiam se traduzir em novas condicionalidades da assistência</p>	<p>Metas relacionadas à paz, em questões como boa governança e direitos humanos, podem permitir que os doadores imponham condicionalidades sobre os beneficiários da assistência, que os defensores desse ponto de vista consideram uma interferência e um abuso da assistência.</p>	<p>RESPOSTA 3 As condicionalidades da assistência são uma consequência da relação entre determinados doadores e os beneficiários da assistência</p>	<p>As metas para a redução da violência ou o aumento da segurança, por exemplo, implicam uma ampliação da condicionalidade da assistência que não ultrapasse as metas para questões como saúde materna ou redução da malária. Como foi o caso com os ODMs, a agenda de desenvolvimento pós-2015 será um compromisso não obrigatório assumido por todos os países do mundo no sentido de cooperar para superar os desafios de desenvolvimento, e não uma lista de condições a ser cumprida pelos países para receber assistência. A experiência com os ODMs deixa evidente que as condicionalidades foram uma consequência da relação entre cada doador e beneficiário da assistência, e não dos ODMs em si. A necessidade de assegurar que as relações entre países doadores e beneficiários reflita uma verdadeira parceria pode ser abordada no âmbito de um objetivo relativo a meios de implementação.</p>	<p>“A agenda pós-2015 não é um tratado com força de lei, e não deve competir, reproduzir ou pretender renegociar documentos legalmente vinculativos existentes, mas deve estar alinhada com essas normas e ser respaldados por elas.” Reino Unido, Países Baixos e Austrália na GTA 6²⁶</p>
<p>“As questões de paz e segurança não deveriam estar no centro deste debate, de forma a não desviar nosso foco para enfrentar desafios sociais, econômicos e ambientais essenciais do desenvolvimento sustentável.” Brasil e Nicarágua na GTA 8²⁰</p>	<p>PREOCUPAÇÃO 4 A paz não figura na agenda da Rio+20, que define os parâmetros para o período pós-2015</p>	<p>O documento final da Rio+20 é baseado em três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Não inclui um pilar ou meta específica referente a paz, segurança, justiça ou governança e, portanto, não há mandato para a inclusão dessas questões nos ODSs.²¹</p>	<p>RESPOSTA 4 A promoção de sociedades pacíficas irá fortalecer e consolidar a agenda da Rio+20 para o desenvolvimento sustentável</p>	<p>A agenda da paz não deve ser encarada como deslocadora ou enfraquecedora do foco no desenvolvimento sustentável. A Declaração da Rio-92, em seu Princípio 25, afirma o seguinte: “A paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes e indivisíveis.” Apesar do consenso de que a agenda pós-2015 deveria ser enquadrada pelos três pilares da Rio+20, não havia a intenção de que estes fossem usados para delimitar a agenda de desenvolvimento pós-2015 quando os resultados da Rio+20 foram acordados em 2012. O novo marco irá refletir uma concepção mais ampla de desenvolvimento sustentável subsidiada pelo documento final do GTA sobre os ODSs, bem como uma série de outros insumos, inclusive o Relatório da Equipe de Trabalho da ONU, o Relatório do Painel de Alto Nível, o Relatório do Pacto Global da ONU e a My World Survey. Finalmente, deve-se reafirmar que será impossível concretizar a agenda da Rio+20 sem a redução de conflitos violentos e insegurança.</p>	<p>“... vemos a necessidade de reafirmar que Paz e Segurança, Direitos Humanos e Desenvolvimento continuam a ser os três pilares do Sistema da ONU, e que esses pilares permanecem interligados. No enfrentamento dos atuais desafios mundiais, é importante que adotemos uma abordagem holística que leve em consideração essas interações entre os três componentes da ONU.” África do Sul na GTA11²⁷</p>

“Reafirmamos também a importância da liberdade, da paz e da segurança, o respeito aos direitos humanos, inclusive o direito ao desenvolvimento e o direito a um padrão de vida adequado, inclusive o direito à alimentação, o estado de direito, a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e o compromisso geral com sociedades justas e democráticas para o desenvolvimento.”

O Futuro que Queremos, 2012²²

“... a função de solucionar essa série de questões foi abordada em seu devido contexto, que é por intermédio do Conselho de Segurança, Comissão de Consolidação da Paz e outros organismos competentes das Nações Unidas que tratam de paz e segurança.”
China, Indonésia e Cazaquistão na GTA 8²⁸

PREOCUPAÇÃO 5
As questões de paz já são tratadas pela arquitetura de paz e segurança existente

“Não pouparemos esforços para promover a democracia e fortalecer o estado de direito, bem como o respeito a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais internacionalmente reconhecidos, inclusive o direito ao desenvolvimento.”

Declaração do Milênio da ONU, 2000³³

A paz e a segurança já estão sendo abordadas por outros organismos mais competentes das Nações Unidas, de modo que o marco de desenvolvimento pós-2015 não precisa se concentrar nessas questões. Relacionado a isso existe a apreensão de que a inclusão da paz possa ocasionar a reconfiguração dos mandatos de diversos organismos da ONU, abrindo as portas para a interferência do CSNU em questões de desenvolvimento. Esta é uma preocupação especial já que muitos veem o CSNU como não representativo e com uma necessidade urgente de reforma.

“... Os conflitos têm origem na pobreza e nas desigualdades.”
China, Indonésia e Cazaquistão na GTA 8²⁹
“Os ressentimentos que muitas vezes levam a conflitos ... são motivadas em grande parte por um sentimento de privação ligado à ausência de desenvolvimento.”
Índia, Paquistão e Sri Lanka na GTA 8³⁰
“... a principal causa de conflitos e instabilidade em muitas sociedades de todo o mundo é a pobreza.”
Países da África meridional na GTA 11³¹

PREOCUPAÇÃO 6
O desenvolvimento conduz à paz, e não o contrário

Aceita-se que a paz, a segurança e o desenvolvimento estão interrelacionados, mas esta é essencialmente uma relação de mão única. Como o subdesenvolvimento, a pobreza e a desigualdade são vetores importantes de conflitos, a priorização dessas questões na agenda de desenvolvimento pós-2015 contribuirá para a paz.

“Cada conflito é um caso, e não se presta a generalizações amplas ou uma receita para todos.”
Nicarágua na GTA 8³²

PREOCUPAÇÃO 7
O objetivo relativo à paz somente será relevante e aplicável a uma minoria de países

A agenda de desenvolvimento pós-2015 precisa ter aplicação universal, mas um objetivo e metas de paz se aplicam apenas a um subconjunto específico de países que sofrem com os conflitos armados.³⁴
Uma variante desse argumento é que as condições que embasam o conflito são específicas do contexto, e não se prestam a abordagens universais do marco de desenvolvimento pós-2015.

RESPOSTA 5
A inclusão da paz no pós-2015 contribuirá para reduzir a violência e a insegurança por meio de uma abordagem preventiva que dá conta das causas profundas dos conflitos

“Precisamos enfrentar as desigualdades e a exclusão econômicas e sociais; fortalecer a governança inclusiva de boa qualidade; lutar contra todas as formas de discriminação e forjar unidade na diversidade por meio de práticas e mecanismos democráticos nos níveis local, nacional e continental.”

Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, 2014³⁵

A inclusão da paz na agenda de desenvolvimento pós-2015 não implica a reconfiguração das responsabilidades institucionais existentes; trata-se da integração de uma abordagem preventiva ao desenvolvimento, equacionando uma lacuna considerável das abordagens atuais. Uma abordagem preventiva poderia aliviar o ônus de outras partes do sistema da ONU por meio da redução da frequência de conflitos, ajudando a reduzir os custos de manutenção da paz e de resposta a crises, e diminuindo as controvérsias em torno dessas questões entre os Estados-membros.

RESPOSTA 6
A paz é essencial para o desenvolvimento sustentável, e vice-versa

O desenvolvimento sustentável deveria estar no centro do novo marco de desenvolvimento. No entanto, há uma relação de mão dupla entre desenvolvimento e paz: uma abordagem unidirecional que procure alcançar a paz ou o desenvolvimento de forma isolada não alcançará nem o desenvolvimento sustentável nem sociedades pacíficas e inclusivas.
Embora seja evidente que o desenvolvimento econômico pode ocorrer em sociedades desprovidas de segurança, corruptas ou não inclusivas, esse avanço raramente é sustentado por longos períodos. Além disso, programas de desenvolvimento que ignoram dinâmicas de conflitos internos podem, na verdade, agravá-los. Quando se considera os pilares do desenvolvimento sustentável – inclusive o desenvolvimento social e a proteção ambiental, bem como o desenvolvimento econômico –, há provas contundentes de que é muito mais difícil alcançar o desenvolvimento em contextos seriamente afetados pela violência. A agenda de desenvolvimento pós-2015 deve ser baseada nas melhores evidências do que irá levar ao desenvolvimento sustentável.

RESPOSTA 7
Todos os Estados-Membros têm avanços na fazer na questão da paz

Muitas metas serão mais aplicáveis a determinados Estados-membros do que a outros. Por exemplo, o número de mortes maternas na Suécia em 2013 foi de 4 por 100.000, em contraste com 1.100 por 100.000 em Serra Leoa.³⁶ O fato de que alguns Estados-membros têm mais avanços a fazer em certas questões do que outros não invalida a questão como uma aspiração universal.
Explosões de violência, rebeliões e levantes em todo o mundo nos últimos anos evidenciaram que não são apenas os chamados “Estados frágeis e afetados por conflitos” que padecem com a violência e insegurança. Com efeito, a realidade é que uma em cada quatro pessoas no mundo – muitas das quais vivendo em países de renda média estáveis – vive em áreas afetadas pela violência.³⁷ Assim, todos os Estados-membros precisam fazer avanços na questão da paz. A preocupação de que as metas relativas a questões de paz podem ser demasiado prescritivas pode ser atenuada: em primeiro lugar, garantindo que se concentrem em questões fundamentais genuinamente universais; segundo, criando metas orientadas a resultados, permitindo aos Estados-Membros decidir a melhor forma de fazer avanços.

“Não discordamos daqueles que acreditam que o Conselho de Segurança ou a Comissão de Construção da Paz desempenha um papel importante na manutenção da paz e estabilidade. Porém, são ferramentas que contribuem para um objetivo de paz; são um meio, não o fim. E não podem alcançar esse objetivo de forma sustentável por si só. A criação de instituições e o desenvolvimento de uma sociedade pacífica e estável demandam desenvolvimento e investimentos e compromissos no longo prazo, bem além do âmbito desses organismos.”
Timor-Leste na GTA10³⁸

“... a prevenção dos conflitos, a construção da paz pós-conflito e a promoção de paz, estado de direito e governança duradouros é fundamental para o alcance do desenvolvimento sustentável.”
Uganda na GTA8³⁹
“Somente reconhecendo a interligação entre paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento é que seremos capazes de alcançar o desenvolvimento sustentável.”
Declaração da UE no Debate Temático da AG sobre “Segurança Humana e a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015”⁴⁰

“Toda a experiência com pesquisa e desenvolvimento mostra que a paz e a estabilidade em uma sociedade ... são o cerne do sucesso de experiências de desenvolvimento.”
Timor-Leste e São Tomé e Príncipe na GTA 10⁴¹
“... nenhum país do mundo está isento da violência – certamente não o meu próprio país – e, portanto, é do interesse de todos os países promover a erradicação da violência e sociedades pacíficas.”
Timor-Leste e São Tomé e Príncipe na GTA 10⁴²

“O desenvolvimento sustentável nos países menos desenvolvidos está intimamente ligado à paz e à segurança... Países menos desenvolvidos, atingidos por conflitos têm apresentado avanços para atingir os objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, inclusive os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e para o alcance de crescimento econômico inclusivo e equitativo contínuo e do desenvolvimento sustentável mais lentos.”

Plano de Ação de Istambul para os Países Menos Desenvolvidos, 2011⁴⁸

“As metas sugeridas refletem, em nossa opinião, uma abordagem seletiva, sobretudo pelo fato de ter ignorado grandes preocupações de segurança e estabilidade em nossa região, principalmente a ocupação estrangeira, o terrorismo, a corrida armamentista e a proliferação de armas nucleares.”

Egito na GTA 10⁴³

“... as questões gerais e globais de desarmamento, especificamente armas nucleares e outras armas de destruição em massa devem ser equacionadas.”

Nigéria na GTA 10⁴⁴

PREOCUPAÇÃO 8
O enquadramento da agenda de paz é seletiva e limitador

Para tratar de conflitos e insegurança de forma genuína, o marco de desenvolvimento pós-2015 precisará considerar questões como o intervencionismo militar, o desarmamento nuclear, despesas militares e sanções impostas unilateralmente, bem como questões institucionais, como a reforma da governança global.

RESPOSTA 8
O desenvolvimento pode contribuir para a resolução de problemas de “rigidez na segurança” por meio de uma abordagem preventiva

“Apoiamos a perspectiva, articulada de forma mais destacada pelos nossos países do G7+, que os ODMs não poderão ser alcançados em estados pequenos, sem saída para o mar ou afetados por conflitos na ausência da paz, estabilidade e estado de direito. Afirmamos a necessidade de que nossos esforços para o desenvolvimento sejam embasados por princípios universais de respeito aos direitos humanos, equidade, justiça e paz.”

Consenso de Dili, 2013, 2011⁴⁹

Um diálogo aberto sobre questões como intervencionismo, despesas militares, armas nucleares e sanções é importante, assim como assegurar que as instituições globais sejam adequadas à finalidade que se propuseram. No entanto, alguns aspectos da agenda da paz como um todo se inserem claramente no mandato de instituições que se concentram em questões relacionadas à “segurança dura” ou à paz e à segurança internacional. Sua discussão no contexto do marco de desenvolvimento pós-2015 poderia duplicar o trabalho de outros órgãos e ser tão polarizadora que minaria os esforços de formação de um consenso em torno de uma agenda transformadora. Não obstante esses pontos, as vinculações de fato existem. A agenda pós-2015 deve contribuir para resolver esses problemas de segurança mais difíceis por meio do endosso e promoção de uma abordagem preventiva de alto nível para os conflitos violentos e a insegurança.

“... não estamos convencidos de que a paz e a governança podem ser direcionadas e mensuradas de forma consensual.”

Brasil na GTA 8⁴⁵

“... o que são metodologias e marcos internacionais acordados para começar, mensurar, monitorar e avaliá-las [as metas relacionadas à paz]?”

Irã na GTA 10⁴⁶

PREOCUPAÇÃO 9
Não é possível mensurar as metas de paz

Não é possível mensurar as metas relacionadas à paz, à segurança, à justiça ou à governança – quer de forma confiável, quer devido à falta de conjuntos de dados apropriados e/ou da capacidade do Estado de medir essas metas – de modo que elas não figurem no marco de desenvolvimento pós-2015.

Além disso, não é possível mensurar metas relacionadas à paz de uma forma que reflita e respeite as trajetórias políticas, econômicas e sociais específicas dos diferentes países.

RESPOSTA 9
A paz pode ser mensurada, embora o investimento continue a ser obrigado a fortalecer as capacidades de coleta de dados

É bem verdade que a paz não é um fenômeno simples de mensurar e, em muitos casos, os dados são limitados. Contudo, uma surpreendente quantidade de dados sobre questões relevantes já está disponível, e há trabalhos em andamento para criar metas e indicadores críveis, que demonstram que é possível.⁵⁰ Por exemplo, os estatísticos africanos de 24 institutos nacionais de estatística recentemente se reuniram sob os auspícios da UA e do Programa da ONU para o Desenvolvimento para compartilhar e discutir esforços inovadores de propriedade nacional para mensurar as metas.⁵¹ No entanto, o investimento de longo prazo em capacidades para coletar dados, sobretudo do Sul Global, será determinante para a mensuração do avanço nas metas relacionadas à paz.

“... as lentes da segurança podem contribuir indiretamente para a promoção da ideia discriminatória de que violência e instabilidade só existem em regiões pobres ou menos desenvolvidas.”

Brasil e Nicarágua na GTA 10⁴⁷

PREOCUPAÇÃO 10
A inclusão de metas relacionadas à paz irá estigmatizar determinados países

As metas relacionadas à paz incentivam abordagens “nomear e envergonhar” (*name and shame*), que fará com que certos países pareçam que não estão fazendo avanços nos ODSs. Alguns desses países estão lidando com a insegurança e violência internas, mas resistem a metas relacionadas com a paz, como a redução da violência, pois não desejam foco internacional em questões que julgam desafiadoras no mercado interno.

RESPOSTA 10
As metas pós-2015 têm a ver com destacar os desafios que os países enfrentam e como eles podem ser resolvidos

O objetivo dos ODMs não era “dar nomes e causar vergonha”. Eles visavam chamar a atenção para os desafios do desenvolvimento que os países estavam enfrentando e como solucioná-los, com o apoio da comunidade internacional quando necessário. A agenda de desenvolvimento pós-2015 tem a intenção de desempenhar um papel semelhante, estimulando e atraindo a atenção para os principais desafios do desenvolvimento, sem perder de vista o reconhecimento de que deve aplicar-se a todos os Estados-membros e não apenas aos países em desenvolvimento.

Embora as metas relacionadas à paz possam evidenciar questões internas que alguns governos prefeririam ocultar (por exemplo, altos índices de violência), a formação de sociedades mais pacíficas e inclusivas é uma prioridade para cidadãos de todo o mundo e, portanto, não deveriam ser rejeitadas pelos Estados-Membros preocupados com suas reputações internacionais. Com efeito, muitos Estados afetados por conflitos estão demandando um foco em questões relacionadas à paz, mesmo que essa ênfase possa ressaltar aspectos negativos de seu desenvolvimento, argumentando que não podem fazer o desenvolvimento avançar sem apoio em questões de paz.

QUAIS DESTES SÃO OS MAIS IMPORTANTES PARA VOCÊ E SUA FAMÍLIA?

3.795.307 VOTOS EM 19 DE AGOSTO

<http://data.myworld2015.org/>



CONSTRUINDO UM CONSENSO PELA PAZ

Os Estados-membros da ONU concordam que a redução da pobreza precisa estar no centro de um marco universal pós-2015, e que deve promover o desenvolvimento sustentável. Embora haja crescente consenso de que os conflitos violentos e a insegurança obstruam esses esforços, subsistem divergências sobre se e como promover a paz por meio da agenda pós-2015.

Embora exista certa sobreposição entre elas, os Estados-membros normalmente articulavam uma das quatro posições seguintes:

POSIÇÃO 1: Rejeitar qualquer referência a paz nos objetivos e metas, argumentando que não há lugar para a paz em um marco de desenvolvimento.

POSIÇÃO 2: Opor-se a um objetivo, mas apoiar a inclusão de metas explicitamente voltadas para a paz em objetivos de outras áreas, juntamente com metas que abordem as causas socioeconômicas dos conflitos violentos e insegurança.

POSIÇÃO 3: Apoiar ao menos um objetivo, que se concentre em questões de paz e governança juntas como um conjunto de questões relacionadas.

POSIÇÃO 4: Apoiar dois objetivos, um sobre paz e um sobre governança, indicando sua prioridade para o desenvolvimento e a variedade de questões que precisam ser abordadas no âmbito de cada objetivo.

A **grande maioria dos Estados-Membros se posiciona nos grupos 2, 3 e 4**. Isso propicia uma base sólida para a formação de um consenso mais abrangente sobre a paz, que é indispensável visto que apenas o verdadeiro compromisso por parte do grupo representativo mais amplo possível de países, em vez da aceitação relutante no papel, irá assegurar a legitimidade e eficácia do desenvolvimento pós-2015.

Além disso, ainda que o Documento Final do GTA contenha muitos elementos que apoiariam a paz sustentável, ele pode ser significativamente fortalecido de modo que os **Estados-membros deveriam deliberar sobre a forma de tornar mais eficaz um objetivo acerca da promoção de sociedades pacíficas e inclusivas**.

PRINCÍPIOS

Há preocupações centrais com os possíveis efeitos da inclusão da paz na agenda de desenvolvimento pós-2015. Para atenuar algumas dessas preocupações, todos os Estados-membros poderiam elaborar um conjunto de princípios que claramente definam o que é – e o que não é – um objetivo em torno da paz. Estes poderiam afirmar que:

- O desenvolvimento sustentável em todos os países corre o risco de ser afetado por conflitos violentos e pela insegurança, de modo que uma nova estrutura de desenvolvimento pode ajudar a reduzir esses riscos por meio de uma abordagem holística;
- Embora possam contribuir para a paz mundial, os esforços para promover sociedades pacíficas e a segurança das pessoas nos países sejam distintos do mandato formal e dos poderes do CSNU;
- A inclusão da paz no marco pós-2015 não terá impacto algum sobre a soberania do Estado, e irá basear-se em normas e acordos internacionais existentes;
- A implementação da agenda de desenvolvimento pós-2015 será guiada pelo princípio da apropriação inclusiva pelo país;
- A inclusão da paz por meio desta agenda será baseada em uma abordagem preventiva aos conflitos violentos e à insegurança que contribua para as iniciativas globais de paz, e complementa as instituições existentes, como a Comissão de Construção da Paz da ONU;
- A paz constitui uma agenda universal, em apoio da qual os países desenvolvidos estão prontos para unir-se a todas as nações com vistas a tomar medidas que possam desafiar suas outras prioridades políticas, como as políticas sobre os fluxos financeiros ilícitos.

Pessoas de todo o mundo consideram a paz como essencial para seu bem-estar. Jovens em Mogadíscio, Somália.
© SAFERWORLD



COMO CHEGAR À PAZ

O uso desse conjunto de princípios como um texto de orientação permite uma série de medidas que podem ser tomadas por diferentes grupos de Estados-membros a fim de assegurar o consenso em torno de um marco eficaz na promoção da paz.

ENFATIZAR A DEMANDA PELA INCLUSÃO DA PA: Os Estados-membros enquadrados nas posições 3 e 4 devem demonstrar que a grande maioria dos países apoia a inclusão de questões de paz, justiça e governança no nível de objetivos na agenda de desenvolvimento pós-2015, bem como o apoio público em profundidade.

ACORDAR UM NÚMERO LIMITADO DE METAS PRIORITÁRIA: Os Estados-membros inseridos nas posições 3 e 4 devem acordar um número limitado de metas prioritárias que se enquadrem em um objetivo de paz que tenha máxima eficácia na promoção de sociedades pacíficas. Apesar de reconhecer que há muito espaço para melhorias, os Estados-membros devem usar as metas do objetivo 16 do Documento Final do GTA para fundamentar essa discussão.

CONSOLIDAR AS METAS EM QUE HÁ CONSENSO: Com base nas declarações feitas durante o GTA, está claro que há metas onde consenso pode ser alcançado entre os Estados-membros que expressam apoio à posição 2 e os Estados-membros aderentes às posições 3 e 4.

FAZER PROPOSTAS CONCRETAS DE COMO AS METAS PODEM ABORDAR A PAZ EM OUTROS OBJETIVO: Usando o Documento Final do GTA como base, os Estados-Membros que manifestaram apoio à posição 2 devem apresentar propostas concretas de metas inseridas em outras áreas de objetivos que promovam a paz com uma abordagem desenvolvimentista e assegurar que o marco aborde a paz de forma holística e transversal.

MANTER O REFINAMENTO DAS METAS DE PAZ: Conforme observado, muitas das metas do Documento Final do GTA podem ser aprimoradas significativamente. Todos os Estados-membros precisam assegurar que as metas relativas à paz acordadas:

1. Abordem as **causas fundamentais** dos conflitos, e não apenas os sintomas
2. Concentrem-se nos resultados para as pessoas e **que não levem à securitização** da agenda de desenvolvimento
3. **Não prescrevam** os meios para a consecução das metas acordadas
4. Sejam verdadeiramente **universais**, e não específicas ao contexto
5. Sejam baseadas em **evidências amplamente aceitas**
6. Sejam **mensuráveis** com base em um conjunto de indicadores

DEMONSTRAR A MENSURABILIDADE DAS METAS PRIORITÁRIA: Os Estados-Membros enquadrados nas posições 3 e 4 devem demonstrar a mensurabilidade de suas metas prioritárias, comprometer-se a apoiar o desenvolvimento de capacidades para mensurá-las no nível nacional nos países em desenvolvimento, e deve também destacar o tipo de medidas que tomariam em seus próprios países para abordar essas questões.

ABORDAR QUESTÕES SISTÊMICAS: Todos os Estados precisam examinar coletivamente as questões sistêmicas, inclusive **tensões externas e a governança global**. Isso deve envolver consenso sobre o que pode ser abordado diretamente pela agenda por meio de metas avulsas, e o que não deve ser vinculado a essa agenda (bem como meios de provocar ações através da agenda pós 2015 de questões excluídas por meio de outros marcos e instituições).

REITERAR A INTERCONECTIVIDADE ENTRE QUESTÕES DE PAZ E GOVERNANÇA: As Conforme afirmado anteriormente, as questões de paz e a governança estão intrinsecamente ligadas. Os Estados-membros que apoiam a inclusão da paz na agenda de desenvolvimento pós-2015 devem reafirmar continuamente esses elos, sem perder de vista a proteção de metas-chave relativas à governança. Se isso não acontecer, provavelmente o marco será ineficaz na promoção da paz.



A Saferworld é uma organização internacional independente dedicada à prevenção de conflitos violentos e à promoção de vidas mais seguras. Trabalhamos com populações locais afetadas por conflitos a fim de melhorar sua segurança e sensação de segurança, e realizamos pesquisas e análises mais amplas. Usamos essas evidências e aprendizagem para melhorar as políticas e práticas locais, nacionais e internacionais que podem ajudar a promover paz duradoura. Nossa prioridade são as pessoas: acreditamos que todos devem ser capazes de levar vidas pacíficas e gratificantes, livres de insegurança e conflitos violentos.

Somos uma organização sem fins lucrativos com atuação em mais de 20 países e territórios em toda a África, Ásia e Europa.

www.saferworld.org.uk



PUBLICAÇÕES

Todas as nossas publicações estão disponíveis para download em nosso website. Podemos fornecer cópias impressas de publicações específicas mediante solicitação.

A Saferworld também produz com regularidade resumos e documentos de políticas, que estão disponíveis em nosso website. Leia mais em:

www.saferworld.org.uk

- *Conflict and the post-2015 development agenda: Perspectives from South Africa*
- *Peace and the post-2015 development agenda: Understanding the Brazilian perspective*
- *Approaching post-2015 from a peace perspective*
- *Addressing conflict and violence from 2015: A vision of goals, targets and indicators*

NOTAS

- 1 www.post2015hlp.org/the-report/
- 2 www.un.org/millenniumgoals/pdf/Outcome%20documentMDG.pdf
- 3 www.un.org/millenniumgoals/pdf/China_GA_Spec_Event_25Sept13.pdf
- 4 www.nepad.org/sites/default/files/Common%20African%20Position-%20ENG%20final.pdf
- 5 Ver a análise da Saferworld sobre três tensões externas importantes que precisam ser consideradas de forma mais aprofundada às vésperas do início da negociações finais em torno da agenda pós-2015: www.saferworld.org.uk/resources/view-resource/827-external-stresses-and-the-post-2015-framework-three-key-questions
- 6 Taylor M, 2013, p2. Cf UNODC: 'As melhores estimativas de produtos do crime estão em torno de 3,6% do PIB, ou US\$ 2,1 trilhões em 2009. As melhores estimativas dos valores lavados são da ordem de 2,7% do PIB, ou US\$ 1,6 trilhão em 2009', UNODC, 2011, 'Estimating illicit financial flows resulting from drug trafficking and other transnational organized crimes', Vienna, p. 127.
- 7 www.theguardian.com/world/2014/jun/20/global-refugee-figure-passes-50-million-unhcr-report
- 8 <http://learningforpeace.unicef.org/resources/the-economic-cost-of-violence-containment/>
- 9 <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/6520brazil.pdf>
- 10 Chandy, L., N. Ledlie and V. Pencikova (2013) The Final Countdown: Prospects for Ending Extreme Poverty by 2030 (interactive) Brookings Institution, Washington DC
- 11 <http://data.myworld2015.org/>
- 12 www.nepad.org/sites/default/files/Common%20African%20Position-%20ENG%20final.pdf
- 13 World Bank (2011) World Development Report 2011: Conflict, Security, and Development, World Bank Report, p 61.
- 14 OECD (2014) Fragile States 2014: Domestic Revenue Mobilisation in Fragile States OECD: Paris p 17.
- 15 Geneva Declaration, 'Global Burden of Armed Violence 2011', (Geneva, 2011).
- 16 www.theguardian.com/uk/2011/oct/24/england-riots-cost-police-report/
- 17 <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/6520brazil.pdf>
- 18 <http://webtv.un.org/meetings-events/index.php/watch/part-2-ensuring-stable-and-peaceful-societies-general-assembly-thematic-debate/3505168372001>
- 19 <http://papersmart.unmeetings.org/media2/2927287/india.pdf>
- 20 <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/6520brazil.pdf>
- 21 "The future we want". Rio+20 United Nations Conference on Sustainable Development. June 2012, www.unctd2012.org/content/documents/774futurewewant_english.pdf.
- 22 www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E
- 23 <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/8022southafrica2.pdf>
- 24 <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/6445eu1.pdf>
- 25 <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/6370uk3.pdf>
- 26 <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5338uk.pdf>
- 27 <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/9710southafrica.pdf>
- 28 <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/6340indonesia3.pdf>
- 29 <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/6340indonesia3.pdf>
- 30 <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/6315pakistan1.pdf>
- 31 <http://webtv.un.org/meetings-events/index.php/watch/9th-meeting-open-working-group-on-sustainable-development-goals-eleventh-session/3550899805001#full-text>
- 32 <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/6520brazil.pdf>
- 33 www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm
- 34 "Special Event 25 September: Outcome Document". United Nations. September 2013, www.un.org/millenniumgoals/pdf/Outcome%20documentMDG.pdf.
- 35 www.nepad.org/sites/default/files/Common%20African%20Position-%20ENG%20final.pdf
- 36 http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112697/1/WHO_RHR_14.13_eng.pdf?ua=1
- 37 Civil Society Platform for Peacebuilding and Statebuilding (2013) 'Putting Sustainable Peace and Safe Societies at the Heart of the Development Agenda: Priorities for Post-2015', p.2.
- 38 <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/8382timor.pdf>
- 39 sustainabledevelopment.un.org/content/documents/6395uganda1.pdf
- 40 www.eu.un.europa.eu/articles/en/article_15169_en.htm
- 41 <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/8382timor.pdf>
- 42 <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/8257sweden7.pdf>
- 43 <http://webtv.un.org/search/10th-meeting-open-working-group-on-sustainable-development-goals-eleventh-session/3554410066001?term=open%20working%20group&sort=date>
- 44 <http://webtv.un.org/search/10th-meeting-open-working-group-on-sustainable-development-goals-eleventh-session/3554410066001?term=open%20working%20group&sort=date%23full-text>
- 45 <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/6520brazil.pdf>
- 46 <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/8062iran8.pdf>
- 47 <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/8132nicaragua.pdf>
- 48 www.ipu.org/splz-e/ldciv/action.pdf
- 49 www.g7plus.org/news-feed/2013/3/1/the-dili-consensus-is-presented-and-endorsed-at-the-dili-int.html
- 50 www.saferworld.org.uk/resources/view-resource/730-a-vision-of-goals-targets-and-indicators
- 51 www.saferworld.org.uk/resources/view-resource/816-towards-regional-and-national-statistical-capacities-for-measuring-peace-rule-of-law-and-governance